

# Metas de redução de SP e Brasil são iguais

Carlos Cerri, pesquisador da USP, aponta que a meta do governo paulista “parece mais ambiciosa” porque precisará de medidas muito mais arrojadas

**Afra Balazina  
Herton Escobar  
Da Agência Estado**

A meta de redução da emissão de gases que provocam o aquecimento global fixada pelo Estado de São Paulo e a que deve ser adotada pelo governo federal são estatisticamente semelhantes. O compromisso paulista é reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação aos níveis de 2005, já o governo federal deve adotar um objetivo voluntário de 40% em relação à projeção das emissões para 2020 – o que signifi-

ca, segundo cálculos feitos pela reportagem, redução em relação a 2005 entre 16% e 19%.

Na prática, porém, especialistas afirmam que o compromisso de São Paulo é mais difícil de ser cumprido, uma vez que não poderá se basear em redução de desmatamento e dependerá de redução de emissões em setores como indústria, energia e transporte. Metade da redução das emissões brasileiras virá da diminuição de 80% no desmatamento da Amazônia. O restante seria dividido em redução do desmatamento do cerrado, melhorias na produção agrícola e em setores como a siderurgia.

O pesquisador Carlos Cerri, da USP, diz que a meta de São Paulo “parece mais ambiciosa, no sentido de que precisará de medidas muito mais arrojadas para ser cumprida”. Ele também afirmou que o número de 40% para o País “é uma meta muito cômoda”. “A margem de manobra para o Brasil é muito maior”, afirmou.

Tanto a meta paulista quanto o objetivo brasileiro serão apresentados na Conferência do Clima de Copenhague, em dezembro. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), deve participar do evento, assim como a mi-

nistra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e a senadora Marina Silva (PV). Todos são possíveis candidatos à Presidência em 2010.

Ontem, a ministra Dilma alinheteu a proposta de Serra, que sancionou anteriormente o projeto de lei estadual que instituiu a meta paulista. “É interessante também notar que vocês acham 24 milhões de toneladas de redução de CO2 muito significativo quando se trata de São Paulo. E não consideram que a redução de 20% relativa ao desmatamento é significativa.”

Já o secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, Xico Graziano, cobrou ontem mais “ousadia” do

governo federal. Segundo ele, o Brasil deveria adotar uma meta de “redução real”, e não em relação ao crescimento projetado para 2020. Graziانو critica o fato de o País negociar o acordo climático “com uma visão de diplomacia tradicional” – em que basicamente se esperam e se cobram ações dos países desenvolvidos. “A crise ambiental, o drama da civilização, exige outro enfoque”, afirmou.

Pela Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), somente os países industrializados precisam assumir metas obrigatórias. O problema é que será difícil fechar um acordo em Copenha-

gue sem uma sinalização forte dos países em desenvolvimento de que irão se empenhar na questão.

Na opinião de Luiz Pinguelli Rosa, secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o governador Serra e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao decidirem levar números para Copenhague, agiram por força da pressão da opinião pública, nacional e internacional. “Os dois estavam meio reticentes (sobre assumir metas) e foram influenciados”. A meta brasileira será anunciada oficialmente após uma reunião com ministros prevista para sábado. (Co-

laborou Alfredo Junqueira)